



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
e relatórios dos auditores independentes



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Reemissão da demonstração financeira

Em 10 de fevereiro de 2020 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A., sem modificação. Conforme descrito na Nota 1.4, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reemitidas para a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA devido ao pedido de registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários para negociação na categoria B. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Rio Paraná Energia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativo financeiro vinculado a concessão (Notas 2.8 e 13)

Parte do montante pago pelo direito de concessão, possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Essa parcela é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, em função do risco de demanda, é classificada como ativo intangível.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que demandam julgamentos da administração e podem impactar as demonstrações financeiras.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do modelo de negócio e a política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem com os cálculos desenvolvidos, a fim de verificar a acuracidade dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Provisão para grandes reparos (Notas 4.1.1 e 17)

Com base em estimativas do departamento de engenharia, a administração provisiona o valor que espera despendar com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão.

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Entendimento dos critérios e premissas utilizados na elaboração dos saldos contabilizados e conferência matemática dos cálculos efetuados
 Discussão com o departamento de engenharia sobre



Rio Paraná Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A determinação da provisão é complexa visto que depende da experiência dos envolvidos no tema e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, e por se tratar de gastos a serem incorridos em longo prazo e a confirmação das estimativas ser confirmada apenas após os geradores serem desmontados, os valores podem variar de forma relevante. Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do descrito acima, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.	o andamento do projeto, os motivos que determinam ou não revisões periódicas dos gastos a incorrer. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da administração.
Provisões para riscos (Notas 2.16 e 21)	
Em função do Contrato de Concessão assinado em 5 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir processos judiciais e administrativos ambientais, cujo polo passivo era a Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), anterior detentora da concessão das usinas. As Ações Cíveis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular. Dado o estágio dos processos, a administração, a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, considera que é a eventual perda nos processos é possível, todavia não mensurável neste momento. Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis. Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.
Outros assuntos	
Demonstrações do valor adicionado	
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto	



Rio Paraná Energia S.A.

com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Rio Paraná Energia S.A.

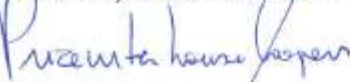
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

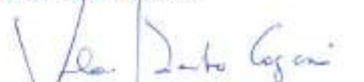
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁵

São Paulo, 10 de fevereiro de 2020, exceto pela Nota 1.4, cuja data é 2 de fevereiro de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Sumário

Relatório da auditoria	2
Abertura	4
Mensagem da Administração	5
Perfil	6
Gestão de riscos	8
Conduta ética	9
Cenário e mercado	10
Desempenho operacional	14
Desempenho econômico-financeiro	16
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	23
Capital humano	24
Desempenho socioambiental	26
BALANÇOS PATRIMONIAIS	28
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	30
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	31
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	32
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	33
1. INFORMAÇÕES GERAIS	34
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	46
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	46
5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	48
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53
7. CLIENTES	53
8. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER/DIFERIDO	55
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	56
10. PARTES RELACIONADAS	56
11. DIVIDENDOS	58
12. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	59
13. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO	59
14. IMOBILIZADO	60
15. INTANGÍVEL	61
16. FORNECEDORES	62
17. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS	62
18. ENCARGOS SETORIAIS	63
19. EMPRÉSTIMOS	64
20. DEBÊNTURES	65
21. PROVISÕES PARA RISCOS	67
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74
24. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	74
25. RESULTADO FINANCEIRO	76
26. DEMONSTRAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	76
27. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO	77
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	77
29. SEGUROS	78
30. COMPROMISSOS	78
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	79
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	80
SIGLAS	81

Abertura

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Consideramos essas informações importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, investidores clientes e parceiros de negócios.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15/1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As Demonstrações Contábeis foram submetidas à verificação independente, prestada pela PwC, atendendo à Instrução CVM nº 381/03.

Além deste documento, a CTG Brasil divulga o Relatório de Sustentabilidade, elaborado de acordo com os GRI Standards, padrão proposto pela Global Reporting Initiative (GRI) e o mais utilizado para o relato de aspectos ambientais, sociais e de governança, e que contempla ainda indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel. Essa publicação mais abrangente será lançada em abril e disponibilizada publicamente em nosso site institucional.

Mensagem da Administração

O ano de 2019 se mostrou bastante desafiador para a Rio Paraná. O cenário macroeconômico brasileiro de baixo crescimento impactou as estimativas de demanda de energia. Do mesmo modo, o contexto climático marcado pela escassez de chuva reforçou a importância de nossa estratégia comercial e de sazonalização de energia. Ainda assim, a Companhia alcançou aumento na geração bruta de energia e resultados financeiros positivos – com a intensificação das operações de comercialização, investimentos em automação e controles de custos – mesmo quando comparados ao ano atípico de 2018 em que tivemos um ajuste contábil não recorrente que afetou a consolidação do desempenho no período.

Ao longo do ano, a Rio Paraná deu continuidade ao projeto de modernização, que visa atualizar os ativos de geração, estabelecendo um novo patamar de eficiência operacional. Essa modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira envolverá investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões por uma década. A primeira fase desse projeto foi concluída em 2019, com a atualização tecnológica de quatro unidades geradoras – duas em Jupiá e outras duas em Ilha Solteira. A segunda fase foi iniciada em 2019 e está prevista para ser concluída no início de 2021. A fase 2 inclui a entrega de oito máquinas, além de aperfeiçoamentos nos vertedouros e outros sistemas auxiliares. No total, serão substituídas as 14 máquinas geradoras de Jupiá e as 20 de Ilha Solteira, o que representa um esforço de modernização sem precedentes no país.

Mais do que um trabalho de engenharia e construção, o projeto de modernização das usinas da Rio Paraná contribui como pano de fundo para a transformação cultural da CTG Brasil como um todo. Nele, profissionais brasileiros e chineses estão trabalhando lado a lado para que a companhia atinja seus objetivos e metas. Esse compromisso foi traduzido em 2019 na revelação do propósito da empresa: “Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”.

Esse propósito fala não apenas da nossa geração a partir de fontes renováveis, mas também do nosso compromisso em construir um legado em prol do desenvolvimento sustentável. A contribuição da Rio Paraná e da CTG Brasil vai além da energia limpa, pois está fundamentada nas boas práticas de gestão que visam a criação de valor e a potencialização dos impactos positivos de nosso modelo de negócios nas relações com colaboradores, fornecedores, clientes, agentes do setor elétrico e toda a sociedade civil.

Com a perspectiva de retomada do crescimento econômico no país, o consumo de energia tende a aumentar. A Rio Paraná, como subsidiária da CTG Brasil, continuará a investir e crescer para apoiar o desenvolvimento nacional, garantindo a funcionalidade da infraestrutura para o suprimento energético com eficiência e sustentabilidade.

Zhao Jianqiang

Presidente da CTG Brasil

Perfil

A Rio Paraná opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Jupiá e Ilha Solteira – instaladas no Rio Paraná entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos totalizavam no encerramento de 2019 uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o equivalente a 2,9% da potência total instalada no Brasil. Essas usinas foram adquiridas da Companhia Energética de São Paulo (CESP) em 2015, por meio de leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2016, com prazo de 30 anos.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em operação desde 1973, possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, opera desde 1969 entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A usina dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (“CTG Brasil”), segunda maior geradora privada de energia do país. Em 2019, a CTG Brasil promoveu um amplo e profundo esforço de reflexão da sua cultura corporativa, que resultou na revelação de seu propósito e na revisão dos valores corporativos, aplicáveis à Rio Paraná.

Propósito

**Desenvolver
o mundo
com energia
limpa em
larga escala**

Valores

Priorizamos a vida

Para nós, a segurança e o cuidado com as pessoas e o meio ambiente sempre vêm em primeiro lugar

Pessoas são a nossa energia

Acreditamos que cada um tem muito a oferecer e que a diversidade nos permite chegar ainda mais longe, juntos

Integridade, sempre

Para nós, a ética é inegociável e permeia tudo o que fazemos

Excelência em tudo

Trabalhamos para nos superar a cada dia. Entendemos que a eficiência está no jeito simples de fazer as coisas

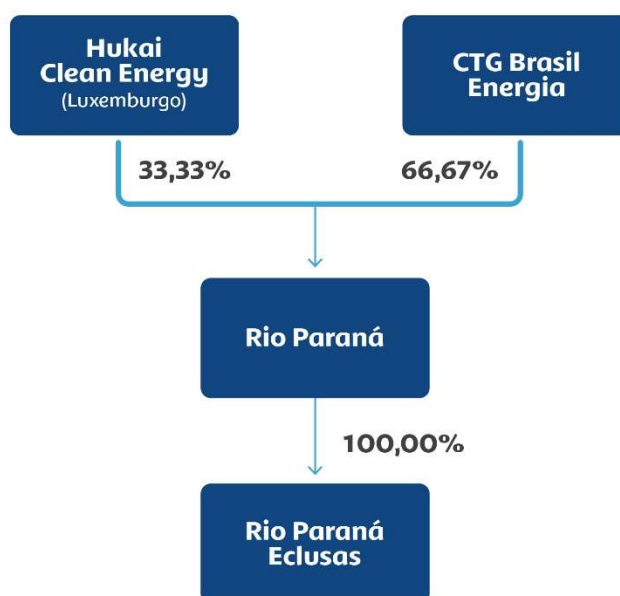
Inovamos para transformar

Somos ousados e conectados. Colaboramos para entregar soluções que criam valor para todos

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná observa as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Seu Conselho de Administração é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário Hukai Clean Energy. Nos termos legais aplicáveis, cabe ao Conselho de Administração indicar os integrantes da Diretoria Executiva, cujo mandato é de três anos, sendo permitida a reeleição.

Estrutura societária



Sistemas de controle

Iniciado em novembro de 2019, um projeto de digitalização de todas as documentações de propriedades da Rio Paraná trará mais segurança e agilidade para o controle desses arquivos. Em parceria com a Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, a iniciativa abrange mais de 4 mil plantas e memoriais descritivos e quase 2,3 mil processos administrativos relacionados ao histórico de suas duas usinas. Ao longo do ano, a Companhia também avançou na contratação de um sistema integrado de gestão empresarial, que será implementado em 2020.

Gestão de riscos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A partir dessa metodologia, as áreas são acessadas de forma a identificar os responsáveis pelos riscos (*risk owners*), auxiliá-los a identificar o grau de risco e as probabilidades de materialização, bem como ações que mitiguem sua ocorrência. Ao final, tem-se estruturada uma matriz com os principais riscos da Rio Paraná, que é revisada periodicamente ou diante de necessidades específicas.

O risco hidrológico é uma condição intrínseca do setor de geração de energia brasileiro, baseado em usinas hidrelétricas com reservatórios de grande porte e, portanto, vulnerável ao regime sazonal de chuvas nas regiões de atuação. A minimização desse risco ocorre por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugere às áreas comerciais estratégias de proteção.

No âmbito operacional, a Companhia possui o Plano de Segurança de Barragens (PSB) que abrange 100% das suas usinas hidrelétricas. A partir da observação das legislações e das políticas corporativas, o PSB estabelece diversos procedimentos e rotinas que devem ser adotados para mitigar os riscos e garantir a eficiência operacional das suas usinas. Cada uma das usinas também possui seu Plano de Ação de Emergência (PAE), documento que estabelece um plano de caráter preventivo voltado para a proteção das comunidades a jusante das barragens. A disseminação do PAE é realizada em parceria com as defesas civis, visando preparar a estrutura de atendimento e atuação para situações emergenciais. Além disso, a Companhia conta com o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), um plano de ação que estabelece as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades. O SOSEm inclui reuniões de divulgação que foram realizadas ao longo de todo o período.

A Rio Paraná também monitora e gerencia os principais riscos financeiros que podem afetar o curso normal de suas atividades. Parte de seus riscos são amparados por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos.

A gestão financeira é regida por políticas próprias que visam a preservação dos ativos financeiros frente às volatilidades dos mercados. Dessa forma, são monitorados os principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida, o que minimiza eventuais riscos de perda decorrentes de operações financeiras e bancárias.

A Companhia monitora ativamente os *ratings* de crédito de clientes através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e modelos estatísticos, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

Conduta ética

A Rio Paraná tem o compromisso de agir com ética e integridade em todas as suas atividades. Para orientar essa atuação, os profissionais contam com o Código de Ética e Conduta nos Negócios, com diretrizes e orientações para identificar – e saber quais providências tomar – em situações que contrariem o propósito e os valores corporativos ou, ainda, a legislação. O cumprimento dessas diretrizes é assegurado pelo Programa de Compliance, que concentra os investimentos, projetos e iniciativas no tema. Os treinamentos sobre ética e integridade abrangem 100% dos colaboradores e podem ser realizados em eventos presenciais ou em formato de *e-learning*.

O Canal de Ética é a ferramenta disponibilizada pela CTG Brasil para a Rio Paraná, no âmbito do Programa de Compliance, para receber comunicações ou denúncias de situações que violem o Código de Ética e Conduta nos Negócios ou a própria legislação. Os colaboradores – e qualquer outro *stakeholder* da companhia – têm acesso por meio de um website exclusivo (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>) ou por telefone (0800 601 6888), 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ainda em relação ao compromisso de agir com o mais elevado grau de integridade nos negócios, o Programa de Compliance da Companhia conta com o processo de *due diligence* de *compliance* para fornecedores e parceiros de negócio, assim como para operações de M&A (sigla em inglês para Merger & Acquisition, equivalente a Compras & Aquisições de ativos). Tal processo visa realizar análises, conduzidas previamente à contratação ou proposta de compra, em relação às eventuais situações e envolvimento dessas entidades e pessoas físicas com atos de corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro e outros crimes que possam trazer prejuízos financeiros ou à reputação da Rio Paraná a partir da relação estabelecida com tal contraparte.

Esses levantamentos e análises são realizados com base na razão social da entidade, assim como na de seus respectivos sócios ou acionistas, utilizando-se de sistemas informacionais terceirizados de *compliance* que trazem dados retirados de bases públicas de informações. Com isso, é possível subsidiar a tomada de decisão com essa base objetiva de informações, assumindo ou não o risco relacionado a cada operação, de forma a proteger os ativos e a reputação da Companhia. Essa abordagem também é relevante para tangibilizar o compromisso da Companhia com o combate à corrupção, em linha com o Código de Ética e Conduta nos Negócios.

Cenário e mercado

Contexto nacional

O desempenho do setor de energia elétrica tem estreita relação com a atividade econômica do país, que manteve um ritmo de crescimento ainda lento em 2019. Projeção do Banco Central estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil evoluiu 1,2% no último ano, repetindo o patamar de 2018 (+1,1%).

Segundo as projeções, a atividade no setor industrial cresceu 0,7%, impulsionada principalmente pela construção civil, e o de serviços subiu 1,1%. Na agropecuária, a evolução foi de 2%, de acordo com a projeção.

Outros indicadores econômicos mostram sinais de melhora para o ambiente de investimentos no país a partir de 2020. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 4,5%, patamar histórico mais baixo, e a inflação oficial (IPCA) ficou em 4,31%, pouco acima da meta de 4,25% fixada pelo Banco Central.

O mercado cambial apresentou volatilidade no decorrer de 2019. O dólar apreciou 4% frente ao real, encerrando o ano em 4,03 reais por dólar. A companhia está exposta à variação cambial por deter dívida com partes relacionadas (intragrupo) em dólar. Dessa forma, o câmbio é permanentemente monitorado pela gestão, o que mitiga riscos decorrentes dessa volatilidade.

Indicadores macroeconômicos	2019	2018
IGP-M	7,31%	7,54%
IPCA	4,31%	3,75%
Taxa de câmbio (USD)	4,0307	3,8748
Var. % da taxa de câmbio	4,02%	17,13%
Taxa Selic	4,50%	6,50%
CDI	4,40%	6,40%

Mercado de energia

O consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 481,1 TWh em 2019, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Esse resultado representa um crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior.

Mercado de eletricidade (GWh)



O setor de energia brasileiro divide-se em dois mercados: o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, também chamado de mercado cativo, estão os clientes atendidos pelas distribuidoras, que abastecem suas áreas de concessão com energia adquirida por meio dos leilões de compra e venda de energia. Em 2019, o consumo de energia nesse mercado cresceu 1,2%, totalizando aproximadamente 319,4 TWh. No ACL, em que os contratos de compra e venda de energia são negociados diretamente entre os geradores e os clientes, foi registrado um consumo de 162,6 TWh, 1,9% maior na comparação com o ano anterior. Segundo dados da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), 6.937 consumidores fazem parte do mercado livre, um aumento de 20% na base anual.

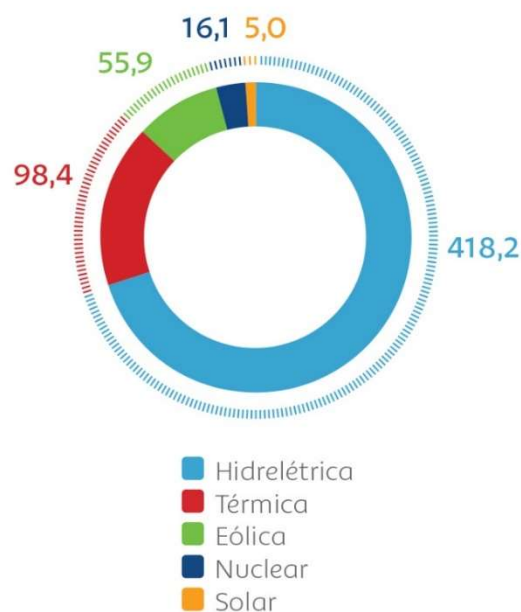
No último ano, houve aumento de consumo nas classes de consumidores comercial (+4,0%) e residencial (+3,1%), devido à ocorrência de temperaturas mais altas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o que demandou maior acionamento dos equipamentos de refrigeração de ar. O segmento de indústrias apresentou queda (-1,6%) no período, principalmente pelo menor consumo dos segmentos químico e extrativo de minerais metálicos e pela tímida evolução do PIB.

Geração hidrelétrica

As usinas hidrelétricas, responsáveis por 64,1% da capacidade instalada de geração do Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2019, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70,5% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). As usinas térmicas geraram 16,6%.

Energia gerada no SIN em 2019 (TWh)



Risco hidrológico

Nos últimos anos, em decorrência de períodos de hidrologia desfavorável, as hidrelétricas têm gerado abaixo das suas garantias físicas. Esse déficit de geração – GSF negativo –, é calculado considerando toda a energia produzida em relação à garantia física do sistema como um todo. A diferença deve ser compensada pelas hidrelétricas mediante a compra de energia. Na maioria das vezes, essas compras são realizadas no mercado de curto prazo com valores estabelecidos pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), calculado por uma metodologia própria da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Rio Paraná possui sua energia comercializada no regime de cotas de garantia física, estando apenas 30% de sua geração sujeita aos efeitos do risco hidrológico.

Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3 MWmed, sendo que a Rio Paraná terá direito a 30% do ganho total aprovado (5,49 MWmed), correspondente à parcela de garantia física para o ACL.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 máquinas entrarem em operação após a modernização, mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da ANEEL (com homologação das características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de garantia física definidos na Portaria).

Marco legal do setor elétrico

Preço horário | A implantação do preço horário ocorrerá em duas fases. A primeira delas iniciou em janeiro de 2020, quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação. A segunda iniciará em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Nova metodologia para definição de PLDs mínimo e máximo | Em 07 de outubro foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 858/2019 com aprovação de metodologia de definição dos limites mínimo e máximo do PLD. Com a nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2020, o PLD mínimo passou a ser o maior valor entre o custo de produção da UHE Itaipu (TEO Itaipu) e a Tarifa de Otimização (TEO). Adicionalmente, para o PLD máximo, foram aprovados dois limites: o PLD máximo estrutural, com início de vigência a partir de janeiro de 2020; e o PLD máximo horário, com vigência a partir de janeiro de 2021.

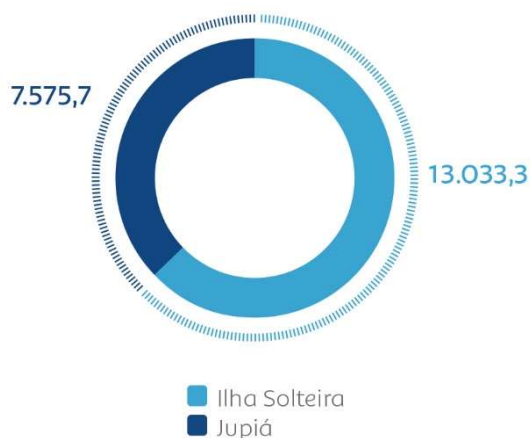
Modernização do setor elétrico | Em 2019, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Grupo de Trabalho coordenado pelo próprio MME, com a participação da ANEEL, ONS, CCEE e EPE, que visa desenvolver propostas para modernização do setor elétrico. Dois projetos de lei que tramitam no Congresso – o PLS 232/2016 (Senado) e o PL 1.917/2015 (Câmara dos Deputados) também tratam de temas relevantes para a modernização do setor elétrico, como: lastro e energia, ampliação do acesso ao mercado livre de energia (ACL), renovação de concessões, fim de subsídios entre outros.

Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das UHEs Jupiá e Ilha Solteira totalizou 20.608,99 GWh em 2019, um aumento de 1,9% na comparação anual. O índice de disponibilidade médio das usinas permaneceu acima dos limites regulatórios aplicáveis.

O volume de energia vendida foi de 21.340,06 GWh, um aumento de 2,8% em relação ao período anterior. Esses dados não consideram o Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE).

Produção de energia (GWh)



Produção de energia (GWh)	2019	2018	Variação %
UHE Ilha Solteira	13.033,33	12.703,02	2,6%
UHE Jupiá	7.575,65	7.523,50	0,7%
Total	20.608,99	20.226,52	1,9%

Índice médio de disponibilidade ¹	Limite regulatório	2019	2018
UHE Ilha Solteira	89,58%	93,88%	92,57%
UHE Jupiá	89,58%	92,31%	92,84%

1. O índice de disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP) \cdot (1-TEIFa)$.

UHE Ilha Solteira | energia gerada (GWh)



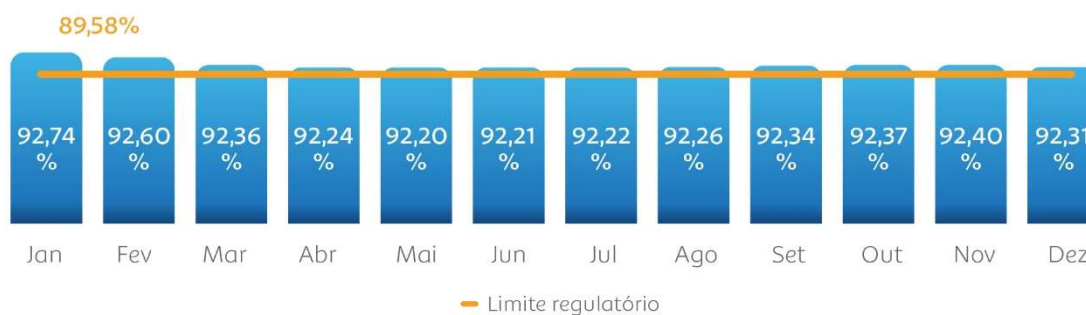
UHE Ilha Solteira | índice de disponibilidade



UHE Jupia | energia gerada (GWh)



UHE Jupia | índice de disponibilidade



Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

Indicadores econômicos (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Receita operacional bruta	3.608.332	3.368.954	7,1
Receita de ativos financeiros	265.335	(1.536.352)	117,3
(-) Deduções à receita operacional	(737.146)	(702.153)	5,0
Receita operacional líquida	3.136.521	1.130.449	177,5
(-) Custos e despesas operacionais	(1.035.179)	(883.134)	17,2
Resultado de participações societárias	(628)	182	-445,1
Resultado operacional	2.100.714	247.497	748,8
Ebitda	2.352.339	485.305	384,7
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>75,0%</i>	<i>42,9%</i>	<i>32,1 p.p.</i>
Resultado financeiro	(594.501)	(1.167.913)	-49,1
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	1.506.213	(920.416)	263,6
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.203.971	(422.306)	385,1
<i>Margem líquida - %</i>	<i>38,4%</i>	<i>-37,4%</i>	<i>75,8 p.p.</i>
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	7.014.560	7.014.560	-
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	0,1716	(0,0602)	385,1

Indicadores financeiros (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Ativos totais	18.482.217	18.594.207	0,4
Dívidas em moeda estrangeira	3.605.579	3.604.789	0,0
Dívidas em moeda nacional	3.189.107	3.179.788	0,3
Patrimônio líquido	7.836.834	7.730.108	1,4

Cenário sobre o comparativo de resultado com o ano de 2018

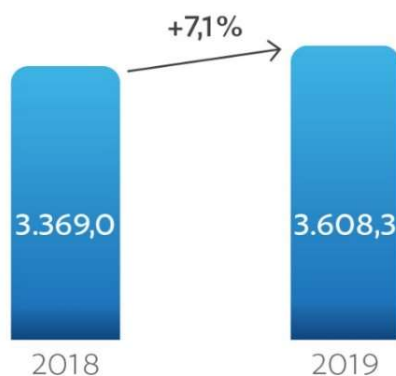
É importante destacar o fato de que as comparações do ano de 2019 com o ano anterior estão impactadas pelo ajuste contábil não recorrente relativo à mudança na metodologia de reconhecimento das receitas oriundas dos ativos financeiros (aplicação do IFRIC-12) efetuado no ano de 2018. Esse impacto é de R\$ 1.829,5 milhões na receita líquida, no Ebitda e no resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

Visando uma melhor compreensão sobre o real desempenho e performance da Companhia em 2019, todos os comentários a seguir estão considerando a normalização desses efeitos no ano de 2018.

Receita

Em bases comparativas, a receita líquida apresentou um crescimento de 6,0% em relação ao ano anterior, sendo um crescimento de 7,1% na receita operacional bruta de venda de energia.

Receita operacional bruta (R\$ milhões)



Custos e despesas operacionais

Custo do serviço de energia elétrica e despesas operacionais (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Pessoal	(84.080)	(78.062)	7,7
Material	(12.514)	(6.273)	99,5
Serviços de terceiros	(99.114)	(66.672)	48,7
Energia comprada	(394.030)	(325.086)	21,2
Depreciação e amortização	(250.997)	(237.990)	5,5
Encargos de uso da rede elétrica	(138.066)	(117.398)	17,6
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	(33.452)	(31.394)	6,6
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	-	(2.242)	-100,0
Seguros	(8.318)	(9.824)	-15,3
Provisões para riscos	(6.376)	-	-
Aluguéis	(1.135)	(2.429)	-53,3
Outros	(7.097)	(5.764)	23,1
Total	(1.035.179)	(883.134)	17,2

As despesas operacionais apresentaram, em 2019, um aumento de R\$ 152,0 milhões, ou 17,2%, comparativamente ao ano de 2018. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada – aumento de R\$ 68,9 milhões, ou 21,2%, em decorrência da piora do cenário hidrológico, principalmente no segundo semestre do ano e, por outro lado, também contribuindo para receitas adicionais no mercado de curto prazo (MCP);
- Serviço de terceiros – elevação de R\$ 32,4 milhões, ou 48,7%, em decorrência, principalmente, de projetos de manutenção e conservação, reformas nos prédios administrativos, projetos de meio ambiente, investimentos em saúde e segurança e pelo primeiro ano do contrato com o centro de serviços compartilhados do Grupo.
- Depreciação e amortização – aumento de R\$ 13,0 milhões, ou 5,5%, decorrente do projeto de modernização em andamento nas usinas.
- Encargos de uso de rede elétrica (TUST) – elevação de R\$ 20,7 milhões, ou 17,6%, em virtude de reajuste regulatório das tarifas em percentuais superiores à inflação.



- Provisões para riscos – custo de R\$ 6,4 milhões, resultante, substancialmente, de acordo judicial com a CESP em ação que tratava da responsabilidade pela gestão e manutenção do zoológico de Ilha Solteira (SP). O acordo compreendeu o reembolso de despesas à CESP entre julho de 2016 e dezembro de 2019, bem como a assunção da gestão e manutenção do zoológico pela Rio Paraná a partir de 2020.

Ebitda e margem Ebitda

Ebitda e margem Ebitda (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.203.971	(422.306)	385,1
Imposto de renda e contribuição social	302.242	(498.110)	160,7
Resultado de participações societárias	628	(182)	445,1
Resultado financeiro (líquido)	594.501	1.167.913	-49,1
Depreciação e amortização	250.997	237.990	5,5
Ebitda	2.352.339	485.305	384,7
<i>Margem Ebitda</i>	<i>75,0%</i>	<i>42,9%</i>	<i>-32,1 p.p</i>

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado de participações societárias, do resultado financeiro líquido e da depreciação e amortização.

O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa e como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, além de ser amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar e comparar empresas.

O Ebitda, em bases comparativas, apresentou um aumento de R\$ 37,5 Milhões que representa 1,6% a mais que o desempenho do ano de 2018 normalizado. Esse desempenho é resultante da elevação nas receitas líquidas, parcialmente reduzido pelo incremento nos custos e despesas operacionais.

Resultado financeiro

Resultado financeiro (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Receitas	770.803	728.187	5,9
Despesas	(1.365.304)	(1.896.100)	-28,0
Resultado financeiro líquido	(594.501)	(1.167.913)	-49,1

O resultado financeiro líquido apresentado em 2019 foi negativo em R\$ 594,5 milhões, representando uma melhora de 49,1% ou R\$ 573,4 milhões, comparativamente ao ano de 2018. Acerca dessa variação, vale destacar:

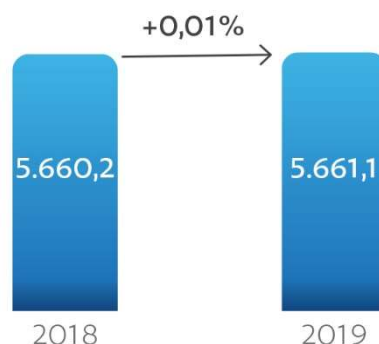
- Queda na variação cambial devido a uma menor depreciação do real frente ao dólar quando comparado com o ano anterior e, também, à amortização de principal do empréstimo com a CTG (Lux), ocorrida em junho de 2019;
- Redução de R\$ 103,0 milhões nas despesas de juros sobre empréstimos, principalmente em virtude da renegociação das taxas com o Banco Mitsubishi.

Endividamento

Dívida financeira líquida (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Debêntures	487.476	476.826	2,2
Longo prazo	487.476	476.826	2,2
Empréstimos	2.701.631	2.702.962	-0,1
Curto prazo	676.631	2.962	22.743,7
Longo prazo	2.025.000	2.700.000	-25,0
Partes relacionadas	3.605.579	3.604.789	0,0
Curto prazo	809.281	214.339	277,6
Longo prazo	2.796.298	3.390.450	-17,5
Caixa e equivalentes de caixa	(1.133.627)	(1.124.329)	0,8
Dívida líquida	5.661.059	5.660.248	0,0

A dívida líquida, que é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa e equivalentes de caixa, manteve-se estável em 2019 quando comparada ao ano de 2018.

Dívida líquida (R\$ milhões)



Fatores de correção do endividamento (R\$ mil)

	Remuneração	Vencimento	2019	2018	Variação %
China Three Gorges (Luxemburg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2023	3.605.579	3.604.789	0,0
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	2.701.631	2.702.962	-0,1
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	239.337	239.106	0,1
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	248.139	237.720	4,4
Total	-	-	6.794.686	6.784.577	0,1

Lucro líquido

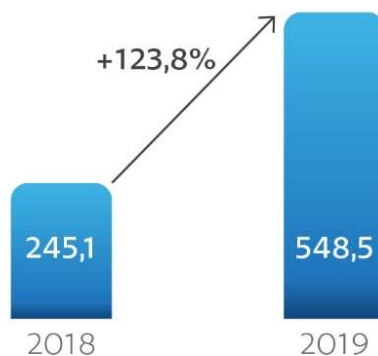
Em razão de todos os fatores explanados anteriormente, com amplo destaque para a melhora no resultado financeiro, a Companhia registrou no ano de 2019 um lucro líquido de R\$ 1.204 milhões que corresponde, em bases comparativas, a um incremento de 53,3%, ou R\$ 418,8 milhões, em comparação ao registrado no ano de 2018.

Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Modernização	535.311	222.933	140,1
Manutenção	13.187	21.611	-39,0
Outros	0	521	-100,0
Total	548.498	245.064	123,8

Os investimentos totalizaram R\$ 548,5 milhões, um aumento de 123,8% em relação ao ano anterior. As atividades de modernização representaram 97,6% do total investido. Vale ressaltar que demonstramos aqui os valores efetivamente gastos com a modernização nos exercícios, uma vez que a melhor estimativa de todo o projeto de Modernização já está provisionada no ativo intangível da Companhia.

Investimentos (R\$ milhões)



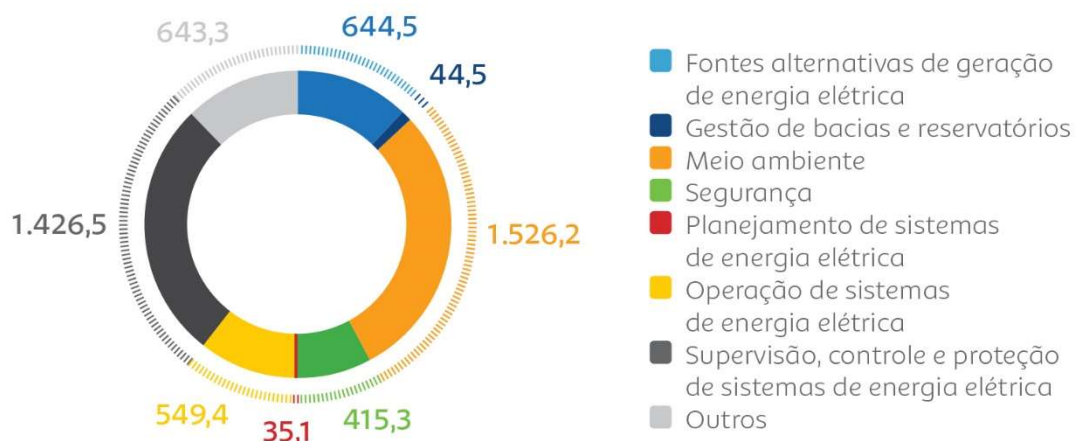
Ratings

Em 2019, a Rio Paraná recebeu avaliação de *rating* Aaa.br estável da Moody's na escala nacional. Essa avaliação reflete os fluxos de caixa estáveis e previsíveis da Companhia, uma vez que os contratos de concessão são de longo prazo, e a posição da CTG Brasil como garantidora das dívidas.

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

A Rio Paraná busca otimizar a gestão de recursos disponíveis para P&D. Para isso, em 2019, concluiu o Road Map Tecnológico, que envolveu todas as áreas no mapeamento de oportunidades diferenciadas de pesquisa. Esse processo definiu rotas tecnológicas e temas a serem priorizados na prospecção de projetos e será adotado como metodologia no planejamento anual de destinação de recursos daqui para frente. Os investimentos em P&D no período totalizaram R\$ 5,3 milhões, 173% mais do que no ano anterior. Para conhecer os principais projetos, acesse o Anuário de P&D (<https://www.ctgbr.com.br/ped2019/index.html>).

**Investimentos em P&D da Rio Paraná
por linha de pesquisa (R\$ mil)**



Capital humano

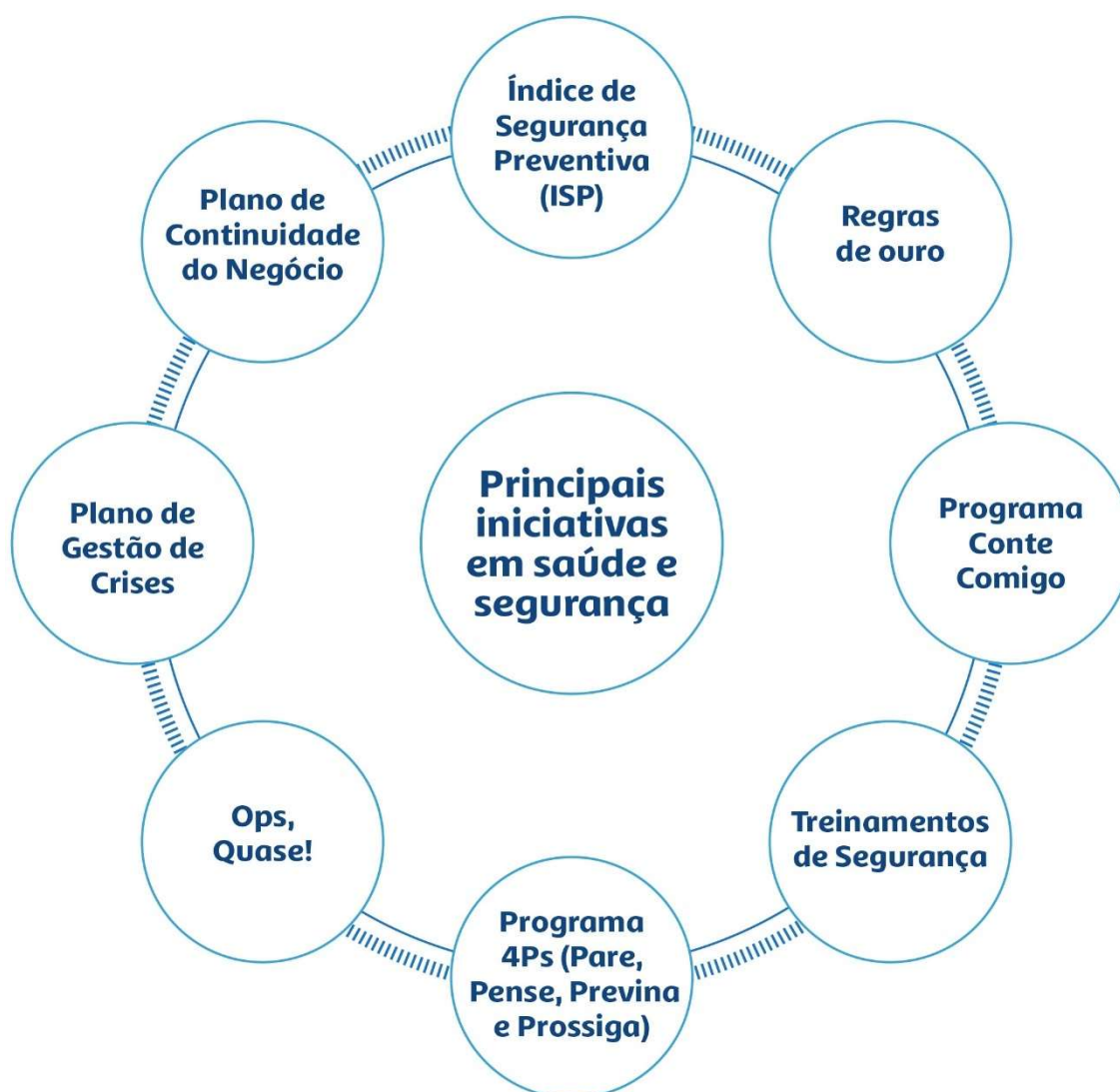
A Rio Paraná contava com 332 colaboradores (91,9% homens e 8,1% mulheres) no encerramento de 2019, além de 124 terceiros e 8 estagiários. Esse quadro funcional não variou de forma significativa em relação ao ano anterior e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 14,2%.

Na qualificação dos colaboradores, a Companhia dedicou esforços na estruturação de um ecossistema de aprendizagem, organizado por meio da Academia CTG Brasil, aplicável à Rio Paraná, que tem como objetivo principal atingir a estratégia com desenvolvimento de habilidades e ampliação de conhecimento. Essa Academia conta com a participação de times multidisciplinares e está trabalhando com um formato inovador que envolve redes e atuações colaborativas. O lançamento oficial acontecerá em 2020.

Outra ação importante de desenvolvimento foi a realização da primeira turma do International Leadership Assignment, um programa que promove o intercâmbio de profissionais brasileiros para terem experiência na CTG Corporation, na China.

Em desenvolvimento de carreira, foi estruturado o Planejamento de Sucessão para as áreas de Operação & Manutenção (O&M), visando garantir o sucesso de continuidade dos negócios, sem riscos e prejuízos, assegurando a gestão do conhecimento e a sustentabilidade das relações da Companhia com seus colaboradores, mercado e *stakeholders*. Outra iniciativa realizada em 2019 foi a implantação do Plano de Desenvolvimento Individual como uma ferramenta voltada ao protagonismo de carreira, como um plano de evolução que indica o caminho para que o colaborador possa atingir suas metas profissionais e pessoais, além de alavancar os resultados corporativos.

O compromisso com a segurança dos trabalhadores é evidenciado tendo a Vida como valor número 1 da Rio Paraná. Um conjunto de medidas e iniciativas fortalecem a cultura de segurança nas operações e o monitoramento contínuo dos indicadores de segurança subsidia a tomada de decisão ágil e assertiva para a implementação de melhorias. Em 2019, a Rio Paraná não registrou qualquer acidente com colaboradores ou com a população no entorno de seus ativos. Entretanto, houve 6 acidentes envolvendo funcionários contratados de terceiros prestadores de serviços, sendo um deles, em dezembro, uma ocorrência fatal nas obras de modernização da Rio Paraná. Todo o auxílio necessário foi fornecido pela Companhia, que, em conjunto com a empresa contratada, investigou as causas raiz do acidente e alterou o procedimento operacional que ocasionou a fatalidade em questão, para que esse tipo de situação não mais se repita. No âmbito operacional, ocorreu, em outubro, um incêndio em um transformador da usina Ilha Solteira, sem vítimas nem impactos à biodiversidade local, o qual foi controlado tempestiva e adequadamente pela equipe de brigada de emergência local até a chegada do Corpo de Bombeiros.



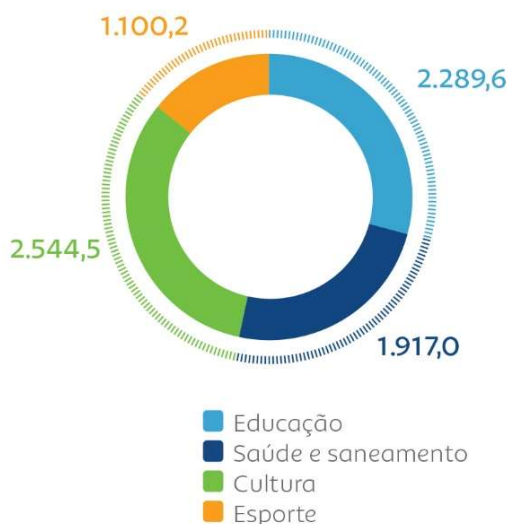
Um dos principais avanços em 2019 foi a consolidação do Safety Inspection Plan, com foco na segurança das instalações. O plano define ações para os seis principais riscos operacionais: acidentes com pessoas; acidentes com barragens; inundação da casa de força; acidentes com equipamentos principais; desligamento simultâneo de várias unidades geradoras em uma mesma planta; e segurança cibernética. Ao todo, 341 medidas foram definidas e categorizadas em relação à prioridade (alta, média e baixa), e sua implementação será concluída até o fim de 2020.

Desempenho socioambiental

Comunidades

Os investimentos realizados pela Rio Paraná em projetos que beneficiam as comunidades localizadas próximas às usinas geradoras promovem a educação, a cultura, o incentivo ao esporte e avanços em saúde e saneamento. Essas ações estão conectadas ao objetivo da Companhia de atuar como um agente de transformação social, ampliando os benefícios de seu modelo de negócios. Em 2019, os recursos obtidos via leis de incentivo e aplicados nas ações sociais totalizaram R\$ 7,9 milhões, um aumento de 66,8% em relação a 2018.

Destinação dos recursos incentivados por área em 2019 (R\$ mil)



Fornecedores

A Rio Paraná prioriza o relacionamento com parceiros próximos às usinas como mecanismos de impulsionar o desenvolvimento das localidades, além de manter contratos com empresas de grande porte detentoras de tecnologia e equipamentos de ponta. Os principais materiais adquiridos dos fornecedores são componentes e equipamentos das operações, além de materiais de escritório, limpeza e informática. Dentre os serviços, as principais categorias contratadas são as de manutenção, vigilância, portaria e consultorias. Em 2019, os montantes pagos pela Companhia aos seus fornecedores somaram cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Meio ambiente

A estruturação do Sistema de Gestão Integrado da Rio Paraná, em 2019, elevou a gestão de aspectos de qualidade, segurança e meio ambiente ao patamar das melhores práticas de mercado. A partir do mapeamento dos principais processos da companhia, e de forma alinhada a outras iniciativas como o Production Management System, essa consolidação da abordagem de gestão garante prontidão para um dos grandes desafios de 2020: certificar todas as usinas nas normas ISO 9001 (Qualidade), 14001 (Meio Ambiente) e 45001 (Segurança). No médio prazo, a companhia também buscará a certificação ISO 55001 (Gestão de Ativos). Os investimentos ambientais da Rio Paraná totalizaram R\$ 5,5 milhões em 2019.

Consciente de seu papel na preservação dos rios, a Companhia busca continuamente o diálogo com todos esses públicos locais, visando o melhor uso desse recurso hídrico compartilhado. O consumo interno de água nas operações é baixo, porque ocorre principalmente pela água potável de consumo humano, pelo abastecimento de sanitários e pelas atividades de limpeza. Em 2019, foram consumidos 141 metros cúbicos referente à água mineral engarrafada.

Os reservatórios e suas áreas de entorno são ativos valiosos para a proteção ambiental e a preservação da biodiversidade. Para monitorar todas essas áreas com agilidade, precisão e gestão eficiente de custos, a Companhia investiu em 2019 em um sistema de monitoramento por imagens de satélite para detecção de novas ocupações nos reservatórios, combinado com o uso de drones para regiões de maior criticidade. Periodicamente, a Rio Paraná promove campanhas de monitoramento para identificar e catalogar animais e espécies de plantas presentes no entorno das unidades.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.133.627	1.124.329
Clientes	7	289.448	262.118
Tributos a recuperar	8.1	9.734	11.337
Dividendos	11	-	32
Ativo financeiro vinculado à concessão	13	1.500.699	1.481.186
Serviços em curso		6.950	2.588
Despesas antecipadas		6.193	6.278
Outros créditos		1.134	210.409
Total do ativo circulante		2.947.785	3.098.277
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	7	124	1.119
Ativo financeiro vinculado à concessão	13	8.658.545	8.410.001
Despesas antecipadas		649	2.088
Depósitos judiciais	9	466.070	441.504
		9.125.388	8.854.712
Investimentos	3	-	232
Imobilizado	14	10.373	3.145
Intangível	15	6.398.671	6.637.841
Total do ativo não circulante		15.534.432	15.495.930
Total do ativo		18.482.217	18.594.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	16	127.705	82.139
Salários, provisões e contribuições sociais		18.228	17.902
Tributos a recolher	8.1	222.616	164.787
Encargos setoriais	18	29.949	45.061
Dividendos	11	210.082	56.918
Juros sobre capital próprio (JSCP)	12	606.721	723.874
Partes relacionadas	10	816.255	221.464
Empréstimos	19	676.631	2.962
Provisões para riscos	21	690	-
Provisões para grandes reparos	17	174.737	341.985
Outras obrigações		363	-
Total do passivo circulante		2.883.977	1.657.092
Não circulante			
Fornecedores	16	5.067	-
Tributos a recolher	8.1	-	143.541
Encargos setoriais	18	42.663	13.226
Partes relacionadas	14	2.796.298	3.390.450
Empréstimos	19	2.025.000	2.700.000
Debêntures	15	487.476	476.826
Impostos diferidos	8.1	613.048	571.293
Provisões para riscos	21	152.376	7
Provisões para grandes reparos	17	1.639.478	1.911.664
Total do passivo não circulante		7.761.406	9.207.007
Total do passivo		10.645.383	10.864.099
Patrimônio líquido	22		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		270.254	210.055
Reserva de lucros		917.563	871.036
Total do patrimônio líquido		7.836.834	7.730.108
Total do passivo e patrimônio líquido		18.482.217	18.594.207

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	23	3.136.521	1.130.449
Custo do serviço de energia elétrica			
Pessoal		(65.524)	(62.728)
Material		(12.118)	(5.941)
Serviços de terceiros		(49.682)	(27.816)
Energia comprada	24.2	(394.030)	(325.086)
Depreciação e amortização		(249.116)	(237.255)
Encargos de uso da rede elétrica	24.3	(138.066)	(117.398)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(33.452)	(31.394)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		-	(2.242)
Seguros		(8.067)	(9.685)
Aluguéis		(614)	(866)
Provisões para riscos	21	(6.383)	-
Outros		537	(2.740)
		(956.515)	(823.151)
Resultado bruto		2.180.006	307.298
Despesas operacionais			
Pessoal e administração		(18.556)	(15.334)
Material		(396)	(332)
Serviços de terceiros		(49.432)	(38.856)
Depreciação e amortização		(1.881)	(735)
Seguros		(251)	(139)
Aluguéis		(521)	(1.563)
Provisões para riscos	21	7	-
Outras		(7.634)	(3.024)
		(78.664)	(59.983)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		(628)	182
		(628)	182
Resultado operacional		2.100.714	247.497
Resultado financeiro	25		
Receitas		770.803	728.187
Despesas		(1.365.304)	(1.896.100)
		(594.501)	(1.167.913)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.506.213	(920.416)
Imposto de renda e contribuição social	26		
Corrente		(257.573)	(166.719)
Diferido		(44.669)	664.829
		(302.242)	498.110
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		1.203.971	(422.306)
Atribuível a			
Sócios controladores		802.654	(281.551)
Sócios não controladores		401.317	(140.755)
		1.203.971	(422.306)
Quantidade de ações			
Sócios controladores		4.676.217	4.676.217
Sócios não controladores		2.338.109	2.338.109
		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico por lotes de mil ações, em reais	27	0,1716	(0,0602)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.203.971	(422.306)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.203.971	(422.306)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.649.017	871.036	210.055	-	7.730.108
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.203.971	1.203.971
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.203.971	1.203.971
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos intermediários (vide nota 22)	-	(630.246)	-	-	(630.246)
Juros sobre capital próprio (vide nota 22)	-	-	-	(466.999)	(466.999)
Transferência entre reservas	-	676.773	60.199	(736.972)	-
	-	46.527	60.199	(1.203.971)	(1.097.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	917.563	270.254	-	7.836.834

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.649.017	1.871.342	210.055	-	8.730.414
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(422.306)	(422.306)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(422.306)	(422.306)
Destinação do lucro líquido do exercício					
Juros sobre capital próprio	-	(578.000)	-	-	(578.000)
Transferência entre reservas	-	(422.306)	-	422.306	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(1.000.306)	-	422.306	(578.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.649.017	871.036	210.055	-	7.730.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Fludo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.506.213	(920.416)
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	14 e 15	250.997	237.990
Equivalência patrimonial		232	(182)
Juros sobre empréstimo	19.4	260.098	363.092
Juros sobre partes relacionadas		183.911	175.633
Atualização ativos financeiros		(536.913)	260.277
Apropriação de ajuste a valor presente de ativos financeiros		-	1.592.697
Atualização da provisão para grandes reparos		179.586	147.612
Variação monetária sobre depósitos judiciais	9	(24.659)	(25.656)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	10.2.1	140.351	546.258
Variação monetária sobre debêntures		-	4.455
Baixas no ativo imobilizado e intangível		1.632	-
Variação nos ativos:			
Clientes		(26.335)	(64.667)
Tributos a recuperar		1.603	117.264
Despesas antecipadas		1.524	(1.978)
Depósito judicial		93	-
Serviços em curso		(4.362)	(2.038)
Ativo financeiro vinculado à concessão		268.856	(319.836)
Capitalização de juros sobre debêntures		42.712	7.842
Outros créditos		209.307	(415.818)
Variação nos passivos			
Fornecedores		50.633	4.311
Encargos setoriais		14.325	16.429
Provisões para grandes reparos		(619.020)	55.166
Partes relacionadas		-	4.834
Salários, provisões e contribuições sociais		326	6.021
Tributos a recolher		17.115	(90.076)
Provisões para riscos		153.059	14
Impostos, taxas e contribuições		(260.487)	(166.719)
Outras obrigações		212	(46.917)
Caixa gerado pelas operações		1.811.009	1.485.592
Dividendos pagos	11.2	(477.082)	(113.835)
Juros sobre capital próprio pagos	12.1	(514.104)	(279.126)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(172.875)	(113.234)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		646.948	979.397
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(20.687)	(228.450)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(20.687)	(228.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures		-	480.000
Juros pagos sobre debêntures	20.3	(32.062)	(15.471)
Juros pagos sobre empréstimos	19.4	(261.429)	(363.137)
Juros pagos sobre partes relacionadas	10.2.1	(93.985)	(170.791)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas		(229.487)	(187.369)
Fluxo de caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(616.963)	(256.768)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.298	494.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.124.329	630.150
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.133.627	1.124.329
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.298	494.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Receitas		
Vendas de energia	3.608.332	3.368.954
Receita de ativos financeiros	265.335	(1.536.352)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	9.226	1.146
	3.882.893	1.833.748
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia comprada e encargos de uso da rede	(532.096)	(442.484)
Materiais e serviços de terceiros	(120.854)	(74.091)
Outros custos operacionais	(21.473)	(15.678)
	(674.423)	(532.253)
Valor adicionado bruto	3.208.470	1.301.495
Depreciação e amortização	(250.997)	(237.990)
Valor adicionado líquido produzido	2.957.473	1.063.505
Resultado de equivalência patrimonial	(628)	182
Receitas financeiras	770.803	728.187
Valor adicionado recebido em transferência	770.175	728.369
Valor adicionado total a distribuir	3.727.648	1.791.874
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	45.312	40.889
Benefícios	14.902	13.518
FGTS	3.779	3.214
Participação nos resultados	7.323	8.723
Encargos sociais (exceto INSS)	368	247
	71.684	66.591
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.075.147	238.974
Estaduais	10.100	9.836
Municipais	307	256
	1.085.554	249.066
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	1.135	2.429
Juros sobre empréstimos	260.098	363.092
Juros sobre partes relacionadas	183.911	175.633
Variação cambial passiva sobre partes relacionadas	140.669	546.258
Outras despesas financeiras	780.626	811.111
	1.366.439	1.898.523
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	466.999	578.000
	466.999	578.000
Outros		
Lucros/Prejuízos Retidos	736.972	(1.000.306)
	736.972	(1.000.306)
Valor adicionado distribuído	3.727.648	1.791.874

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e (UHE) Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME, com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho, cujo reajuste em 2019 foi de 3,4%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupia e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O valor da Bonificação pela Outorga (BO), do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 222.146, principalmente em virtude de:

- i. Transferência para o passivo circulante do saldo de empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi, com pagamento para junho de 2020.

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupia e serviços relacionados.

1.2. Marco legal do setor elétrico

O MME lançou as Consultas Públicas nº 032, 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobre contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

Posteriormente, também lançou a CP MME nº 042, que trata de questões relativas à implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

A implantação do preço horário, até então previsto para ser implantado a partir de janeiro/2020, foi adiado pela Portaria MME nº 300 de 31 de julho de 2019, para implantação em duas fases. A primeira delas será a partir de janeiro de 2020, quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vai adotar o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação; e a segunda em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo (MCP).

Em 07.10 foi publicada a Resolução Normativa Aneel nº 858/2019 com aprovação de metodologia de definição dos limites mínimo e máximo do PLD. Com a nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2020, o PLD mínimo passa a ser o maior valor entre o custo de produção da UHE Itaipu (TEO Itaipu) e a Tarifa de Otimização (TEO). Adicionalmente, para ao PLD máximo, foram aprovados dois limites: o PLD máximo estrutural – com início de vigência a partir de janeiro de 2020 e o PLD máximo horário, com vigência a partir de janeiro de 2021.

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupia em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupia auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

1.4. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras originalmente preparadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de fevereiro de 2020. Em razão do ofício CVM nº 359/2020, relativo ao pedido de registro para negociação da Rio Paraná Energia S.A. na categoria B, recebido em 23 de novembro de 2020, essas demonstrações financeiras estão sendo reemitidas para a inclusão das Demonstração do Valor Adicionado – DVA e da nota explicativa 2.19, e foram aprovadas novamente em reunião de Diretoria ocorrida em 18 de janeiro de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela Aneel, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base para o ativo imobilizado e ativo intangível e para ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

2.4.1.1. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui o seguinte instrumento financeiro:

- i. Mensurado ao custo amortizado

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante,

exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações (vide nota explicativa nº 28).

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.4.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.1.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

2.4.2. Passivos financeiros

2.4.2.1. Classificação

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Para maiores detalhes dos passivos financeiros da Companhia e suas classificações (vide nota explicativa nº 28).

2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, debêntures, partes relacionadas, encargos setoriais e provisão para grandes reparos.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e debêntures estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment*

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

2.7. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluídos, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel.

2.8. Ativo financeiro vinculado a concessão

A Companhia possui em seu balanço o valor presente de parte da receita de Retorno da Bonificação da Outorga (RBO), que não possui risco de demanda, reconhecido como um ativo

financeiro (vide nota 2.12). Os fatores de indisponibilidade não interferem sobre essa parcela da receita da RBO, portanto essa receita é garantida incondicionalmente. Os efeitos destas transações estão em consonância com o ICPC 01 e OCPC 05 Contratos de Concessão (correspondente ao IFRIC 12).

A Companhia considerou o valor justo a receber relacionados ao RBO referente ao montante pago pelo direito de concessão que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão.

O Ativo financeiro, considerado indenizável, correspondente a 65% da RBO, é ajustado por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015. O valor remanescente do total pago e por corresponder a parcela sujeita a risco de demanda, foi classificada como Ativo Intangível.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses da data do balanço.

2.9. Imobilizado

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

2.10. Ativos intangíveis

2.10.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10.2. Direitos do Contrato de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) – ver nota explicativa 2.10 acima. A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a Companhia receberá parte da remuneração a partir de comercialização no mercado livre junto a empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

2.11. Contrato de Concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

- i. O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;
- ii. Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

Contrato de concessão MME	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento da concessão
01/2016	Jupia	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	1.551,2	886,0	05/01/2016	01/07/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	3.444	1.731,5	05/01/2016	01/07/2046

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.13.1. Provisão para grandes reparos

São registradas as grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e que se referem a obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão, e trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia. Essa provisão é reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

2.14. Empréstimos e debêntures

Os empréstimos, debêntures e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- i. a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ii. seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- iii. possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O

aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

2.17. Benefícios a empregados

2.17.1. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (*stock option*).

2.18. Reconhecimento da receita

2.18.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.18.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

2.18.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

2.18.4. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.19. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e sua Controlada elaboraram Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa

demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.20. CPC 06/IFRS 16

Método de transição

A Companhia e suas controladas aplicaram o método de transição retrospectivo, o qual não requer apresentação de informações comparativas. Portanto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental.

Não foram considerados custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial para contratos em andamento, apenas para novos contratos.

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento ativos na data de adoção inicial da norma, quando foram identificados arrendamentos de imóveis.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

- i. arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses);
- ii. contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 20 mil).

Também como permitido pela norma, quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados:

- i. contratos com pagamentos variáveis;
- ii. contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável;
- iii. contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e
- iv. contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Taxa de desconto

A norma requer que seja identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. Essa taxa incremental deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas adotaram o saldo contratual de cada arrendamento em 01 de janeiro de 2019, para todos os contratos classificados de acordo com o IFRS 16, descontado a valor presente pela taxa de 10,81%.

Os efeitos referentes ao Direito de uso – IFRS 16, estão representados na nota explicativa 14.1 – Imobilizado e a movimentação e à obrigação estão representados na nota explicativa 16.1 – Movimentação do arrendamento.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupia, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2019, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2019	2018
Ativo	1.629	525
Passivo	1.993	293
Patrimônio Líquido	(364)	232

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As

estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

4.1.1. Provisões para grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despendar com reparos nos geradores, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, teremos o real conhecimento do reparo. Espera-se que os tais sejam feitos em até 9 anos no qual teremos dispêndio de caixa nesse período.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva.

Periodicamente, as provisões são revistas sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso podem se tornar diferentes das inicialmente previstas.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

4.1.2. Provisões e passivos contingentes

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo ("CESP").

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de APP e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4.1.3. Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Contabilização dos ativos e passivos diferidos do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas

Os tributos diferidos sobre as provisões de grandes reparos são atualizados mensalmente considerando a amortização realizada e suas respectivas atualizações periódicas.

Os créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

4.1.4. Ativos vinculados à concessão

Conforme a nota 2.8, a Companhia estimou Ativos vinculados à concessão. Conforme descrito na nota 13, a mensuração e classificação desses valores é complexa e exige estimativas críticas em relação aos valores para que melhor reflitam a posição patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

4.2. Novos pronunciamentos CPC

4.2.1. IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e informa que a adoção desta nova norma não resultou em impactos significativos em seus resultados do período.

5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

5.1.1. Risco de mercado

5.1.1.1 Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

5.1.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (DI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.

5.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

5.1.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	39.312	778.534	802.902	1.452.759	3.073.507
Debêntures	1ª	1	DI + 1,05% ao ano	-	16.056	19.693	259.966	295.715
Debêntures	1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	-	15.644	16.094	355.560	387.298
CTG Lux	-	-	4,29% + Dólar	-	614.089	586.063	2.750.065	3.950.217
				39.312	1.424.323	1.424.752	4.818.350	7.706.737

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

5.1.5. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (Covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2019 e, assim e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 19.4.2.1).

5.1.6. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2019 e as premissas disponíveis no mercado

para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	2019	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1.133.523	(36.273)	(18.136)	72.545	18.136	36.273
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	10.159.244	(200.645)	(100.323)	401.290	100.323	200.645
		11.292.767	(236.918)	(118.459)	473.835	118.459	236.918
Passivos financeiros							
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dólar	(3.605.579)	(56.301)	(28.151)	112.602	28.151	56.301
Provisão para grandes reparos	IPCA	(1.088.529)	21.499	10.749	(42.997)	(10.749)	(21.499)
Provisão para grandes reparos	IGPM	(725.686)	14.986	7.493	(29.971)	(7.493)	(14.986)
Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	(2.701.631)	92.920	46.460	(185.840)	(46.460)	(92.920)
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	(239.337)	8.996	4.498	(17.991)	(4.498)	(8.996)
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	(248.139)	12.833	6.416	(25.665)	(6.416)	(12.833)
		(8.608.901)	94.933	47.465	(189.862)	(47.465)	(94.933)
Total da exposição líquida		2.683.866	(141.985)	(70.994)	283.973	70.994	141.985

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,98%	2,96%	3,95%	4,94%	5,93%
DI	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%
IGPM	2,07%	3,10%	4,13%	5,16%	6,20%
Dólar	1,96	2,93	3,91	4,89	5,87

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2019	2018
Empréstimos	20	2.701.631	2.702.962
Debêntures	21	487.476	476.826
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	11	3.605.579	3.604.789
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(1.133.627)	(1.124.329)
Dívida líquida		5.661.059	5.660.248
Patrimônio líquido	23	7.550.890	7.730.108
Total do Capital		13.211.949	13.390.356
Índice de alavancagem financeira - (%)*		42,8	42,3

* Dívida líquida / total do capital

5.3. Outros riscos

5.3.1. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.3.2. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 21.

5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- i. Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii. Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Composição

	2019	2018
Caixa e bancos	104	60
Aplicações financeiras	1.133.523	1.124.269
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.133.523	1.124.269
	1.133.627	1.124.329

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima da variação do DI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no saldo das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 25).

6.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	2019	2018
B	BR-1	907.998	836.264
-	BR-1	225.626	288.059
*	-	3	6
		1.133.627	1.124.329

* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

7. CLIENTES

7.1. Composição do saldo e abertura por vencimento

	À vencer			2019	2018
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365		
Contratos ACR	136.490	-	-	136.490	144.007
Contratos ACL	74.257	-	-	74.257	65.242
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	78.128	573	124	78.825	53.988
	288.875	573	124	289.572	263.237

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no ACL.

O aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a judicialização no setor.

7.2. Movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2019, há estimativa de que não há perdas para créditos de liquidação duvidosa, que é avaliada.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.

7.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2019, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	2019		2018	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	1	355	15	9.513
2 - Bom	90	67.108	81	52.896
3 - Satisfatório	4	3.029	4	2.578
4 - Regular	5	3.765	0	255
5 - Crítico	-	-	-	-
	100	74.257	100	65.242

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista sofrerem impactos considerados temporais, além de os agentes envolvidos serem passivos de possíveis desligamento do sistema, com isso o risco de PECLD é praticamente nulo. Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER/DIFERIDO

8.1. Impostos correntes

	2019		2018	
	Circulante	Circulante	Não circulante	
Ativo				
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	8.161	10.226	-	
Pagamento a maior de PIS e COFINS	557	100	-	
Outros	1.016	1.011	-	
	9.734	11.337	-	
Passivo				
IRPJ e CSLL a recolher 12/2019	127.997	54.159	-	
PIS e COFINS a recolher 12/2019	18.387	21.223	-	
Contingência de PIS e COFINS (i)	-	-	143.541	
IRRF sobre juros sobre capital próprio	70.050	86.700	-	
Outros	6.182	2.705	-	
	222.616	164.787	143.541	

(i) O valor de 2019 do passivo não circulante foi reclassificado para a nota explicativa 21 Provisões para riscos.

Em 2019 a Companhia obteve um aumento no resultado, ocasionando um IRPJ e CSLL maior que no exercício anterior. Ademais o JSCP deliberado em dezembro de 2019 foi menor em comparação ao ano anterior.

8.2. Impostos diferidos

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados	2.114	761	2.875	2.261	814	3.075
Provisão de manutenções	75.478	27.172	102.650	32.465	11.687	44.152
Variação cambial	54.047	19.457	73.504	-	-	-
Provisões	1.302	469	1.771	674	243	917
Efeitos da outorga	680	245	925	-	-	-
Contingências e atualizações monetárias	38.019	13.687	51.706	-	-	-
Arrendamento mercantil	81	29	110	-	-	-
	171.721	61.820	233.541	35.400	12.744	48.144
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(568.027)	(204.490)	(772.517)	(425.952)	(153.343)	(579.295)
Variação cambial	(41.907)	(15.086)	(56.993)	(23.102)	(8.317)	(31.419)
Juros sobre depósito vinculado	(12.558)	(4.521)	(17.079)	(6.414)	(2.309)	(8.723)
	(622.492)	(224.097)	(846.589)	(455.468)	(163.969)	(619.437)
Imposto diferido líquido	(450.771)	(162.277)	(613.048)	(420.068)	(151.225)	(571.293)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2020	2021	2022	a partir de 2023	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.896)	30.087	6.316	(600.555)	(613.048)

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	441.504
Variações monetárias	24.566
Saldo em 31 de dezembro de 2019	466.070

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente.

Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa SELIC.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

10.1.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2019	2018
Benefícios de curto prazo para administradores	3.674	3.098
Benefícios pós-emprego	134	142
	3.808	3.240

10.1.2. Composição

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficientes e econômica aos interesses das partes.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

	2019		2018	
	Contas a Pagar		Contas a Pagar	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Coligadas				
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	2.838	-	-	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	355	-	-	-
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	3.781	-	3.008	-
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	4.117	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	809.281	2.796.298	214.339	3.390.450
	816.255	2.796.298	221.464	3.390.450

10.1.3. Movimentação Resultado

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	2019				2018		
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Total
Coligadas							
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(39.319)	-	-	(39.319)	-	-	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.324)	(4.324)	-	-	-
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(41.838)	-	(41.838)	-	(35.724)	(35.724)
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	-	-	(43.366)	-	(43.366)
	(39.319)	(41.838)	(4.324)	(85.481)	(43.366)	(35.724)	(79.090)

As operações de compra e venda de energia elétrica seguem cláusulas definidas em contratos, cujas premissas são as mesmas praticadas em mercado.

10.2. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% ao ano em 2016 e de 4,29% ao ano, a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2019 em dólar foi de R\$ 4,0307, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500,00 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

10.2.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.604.789
Pagamento de principal	(229.487)
Pagamento de juros	(93.985)
Apropriação de juros	183.911
Variação cambial líquida	140.351
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.605.579

11. DIVIDENDOS

11.1. Movimentação de dividendos a receber

	2018	Reversão de dividendos	2019
Rio Parana Eclusas S.A.	32	(32)	-
	32	(32)	-

11.2. Movimentação de dividendos a pagar

	2018	Dividendos a pagar	Dividendos pagos	2019
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	420.164	(420.164)	-
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	56.918	210.082	(56.918)	210.082
	56.918	630.246	(477.082)	210.082

12. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

12.1. Movimentação de JSCP a pagar

	2018	JSCP a pagar	JSCP pagos	2019
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	419.541	264.634	(419.541)	264.634
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	304.333	132.317	(94.563)	342.087
	723.874	396.951	(514.104)	606.721

13. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO

Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e da RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

Do montante pago pelo direito de concessão, parcela se refere à RBO, que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% da RBO, está classificado como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35% e em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativos financeiros”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Nos anos de 2016 e 2017, a Companhia estimou o valor do Ativo Financeiro relativo aos 65% da RBO utilizando a metodologia de Valor Futuro e Ajuste a Valor Presente que, naquele momento, constituía o melhor entendimento sobre a prática contábil.

Em 2018, considerando a maior experiência no estabelecimento de suas estimativas, a administração realizou uma análise detalhada da conta de Ativos Financeiros vinculados à concessão, considerando as obrigações e os benefícios futuros esperados associados àqueles ativos, além de comparação com outras empresas do mesmo segmento que possuem a mesma modalidade de contrato de concessão, ou seja, por quotas.

Nessa análise, administração exerceu seu julgamento no aprimoramento dos métodos de aplicação da política contábil, que não foi alterada, mas que resultou, de forma prudente, em informação que melhor representam a posição patrimonial e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Considerou, assim, o valor justo dos Ativos Financeiros

vinculados à concessão como sendo o valor efetivamente pago no momento do investimento realizado, bem como todos os seus efeitos sobre o fluxo financeiro no período.

Diante do entendimento que essa nova metodologia é uma apresentação mais adequada, e que produz informação com mais acuracidade e relevância para a tomada de decisões econômicas, a Administração registrou os efeitos cumulativos apurados no exercício de 2018, isto é, de forma prospectiva.

13.1. Composição

	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	6.721.389	6.990.245	268.855	6.990.244	7.259.099
Juros e atualização monetária	1.231.843	1.937.156	3.168.999	1.212.331	1.419.757	2.632.088
	1.500.699	8.658.545	10.159.244	1.481.186	8.410.001	9.891.187

13.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.891.187
Juros e atualização monetária	1.254.492
Principal	(717.580)
Liquidação	(268.855)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	10.159.244

14. IMOBILIZADO

14.1. Composição

			2019	2018	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	820	(189)	631	680	15,1%
Veículos	4.680	(1.312)	3.368	2.124	14,5%
Móveis e utensílios	1.047	(579)	468	341	18,7%
Direito de Uso - IFRS 16	6.855	(949)	5.906	-	13,8%
	13.402	(3.029)	10.373	3.145	

14.2. Movimentação

	Valor líquido em 2018	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	680	-	(124)	75	-	631
Veículos	2.124	-	(679)	1.973	(50)	3.368
Móveis e utensílios	341	-	(196)	323	-	468
Direito de Uso - IFRS 16	-	6.855	(949)	-	-	5.906
	3.145	6.855	(1.948)	2.371	(50)	10.373
Em curso	-	2.371	-	(2.371)	-	-
	-	2.371	-	(2.371)	-	-
	3.145	9.226	(1.948)	-	(50)	10.373

	Valor líquido em 2017	Adições	Depreciação	Valor líquido em 2018
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	98	625	(43)	680
Veículos	1.951	521	(348)	2.124
Móveis e utensílios	511	-	(170)	341
	2.560	1.146	(561)	3.145

14.3. Taxas de depreciação

A Companhia calcula a depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador.

15. INTANGÍVEL

15.1. Dos bens vinculados a concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

15.2. Composição

	2019			2018	Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Infraestrutura de concessão	6.513.330	(2.320.001)	4.193.329	4.325.716	2,5%
Provisão para grandes reparos	2.180.566	-	2.180.566	2.264.650	3,9%
Software	4.991	(2.855)	2.136	2.391	17,9%
	8.698.887	(2.322.856)	6.376.031	6.592.757	
Em Curso	22.640	-	22.640	45.084	
	22.640	-	22.640	45.084	
	8.721.527	(2.322.856)	6.398.671	6.637.841	

15.3. Movimentação

	Valor líquido em 2018	Adições	Amortização	Transferências	Baixas	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.325.716	-	(164.071)	33.260	(1.576)	4.193.329
Modernização	2.264.650	-	(84.084)	-	-	2.180.566
Software	2.391	-	(894)	639	-	2.136
	6.592.757	-	(249.049)	33.899	(1.576)	6.376.031
Em Curso	45.084	11.461	-	(33.899)	(6)	22.640
	45.084	11.461	-	(33.899)	(6)	22.640
	6.637.841	11.461	(249.049)	-	(1.582)	6.398.671

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2018
Em serviço				
Infraestrutura de concessão	4.480.220	5.707	(160.211)	4.325.716
Provisão para grandes reparos	2.118.065	222.933	(76.348)	2.264.650
Software	3.261	-	(870)	2.391
	6.601.546	228.640	(237.429)	6.592.757
Em Curso	29.805	15.279	-	45.084
	6.631.351	243.919	(237.429)	6.637.841

16. FORNECEDORES

	2019			2018	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	46.082	-	46.082	12.774	12.774
Materiais e serviços contratados	37.764	-	37.764	24.792	24.792
Encargos de uso da rede elétrica	42.695	-	42.695	44.573	44.573
Tust	42.695	-	42.695	44.573	44.573
Arrendamento	1.164	5.067	6.231	-	-
	127.705	5.067	132.772	82.139	82.139

16.1. Movimentação do arrendamento

Saldo inicial	-
Provisão de saldos contratuais atualizados	9.664
Ajuste a valor presente	(3.579)
Atualização	770
Pagamentos	(1.213)
Apropriação de ajuste valor presente	589
	6.231

17. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS

O montante de R\$ 1.814 milhões (R\$ 2.254 milhões em 31 de dezembro de 2018) – segregado em parcelas de curto e longo prazos refere-se a provisões para gastos com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. São gastos a serem incorridos em período superior a um ano e, assim, parcela do valor está classificada no longo prazo.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Subsequentemente são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

17.1. Composição

	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	317.813	2.596.990	2.914.803	474.179	2.796.349	3.270.528
(-) Ajuste a valor presente	(143.076)	(957.512)	(1.100.588)	(132.194)	(884.685)	(1.016.879)
	174.737	1.639.478	1.814.215	341.985	1.911.664	2.253.649

Durante o exercício de 2019, foi revista a apresentação dos saldos referentes a provisão de grandes reparos afim de demonstrar de forma mais assertiva. Em relação ao saldo de 2018, a principal variação se dá pela apresentação da provisão reduzida dos valores já adiantados aos fornecedores conforme prática de mercado e previsto nos contratos firmados.

Assim, a partir de 2019, o saldo que até 2018 foi apresentado como outros ativos, passou a reduzir o passivo, com isso, a base de ajuste a valor presente está mais adequada à realização do projeto.

17.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.270.528	(1.016.879)	2.253.649
Realização	(535.311)	-	(535.311)
Atualização	179.586	-	179.586
Amortização	-	(83.709)	(83.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.914.803	(1.100.588)	1.814.215

Em 2019 as principais movimentações foram: atualização das taxas de inflação, realização da provisão e também adicionamos os juros totais sobre a debêntures (juros projetados até sua quitação).

18. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos (CFURH)	18.916	-	18.952	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.375	42.663	25.474	13.226
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	658	-	635	-
	29.949	42.663	45.061	13.226

18.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

18.2. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

18.3. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

19. EMPRÉSTIMOS

19.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passará de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passa a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

19.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2019				
			Circulante			Não Circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000
			675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2018			
			Circulante		Não Circulante	
			Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	2.962	2.962	2.700.000	2.700.000
			2.962	2.962	2.700.000	2.700.000

19.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2021	2022	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	675.000	675.000	2.025.000

19.4. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.702.962
Movimentação do empréstimo	
Apropriação de juros	260.098
Pagamento de juros	(261.429)
	(1.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.701.631

19.4.1. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

19.4.2. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

19.4.2.1. Covenants Financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, a Grupo deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Ebitda ajustado (*)	2.352.247	2.314.827
Dívida Líquida	5.661.058	5.660.248

Índice financeiro	Limites	2019	2018
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	2,4	2,4

(*) Acerca dos covenants do banco Tokyo Mitsubishi UFJ, o resultado obtido em 2018 ficou distorcido devido à mudança de metodologia contábil para registro das receitas decorrentes do Ativo Financeiro da Outorga.

Em bases comparativas, isto é, normalizando essa distorção de 2018 mencionada acima o índice foi atendido.

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2019		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(663)	239.337
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	8.139	248.139
				480.000	7.476	487.476

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2018		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(894)	239.106
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	(2.280)	237.720
				480.000	(3.174)	476.826

20.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2021-2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	116.690	118.726	125.700	126.360	487.476

20.3. Movimentação

	Série 1	Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	239.106	237.720	476.826
Movimentação das debêntures			
Capitalização de custos de transação	343	1.131	1.474
Capitalização de juros	16.717	15.313	32.030
Capitalização de variação monetária	-	9.208	9.208
Pagamento de juros	(16.829)	(15.233)	(32.062)
	231	10.419	10.650
Saldo em 31 de dezembro de 2019	239.337	248.139	487.476

20.3.1. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

20.3.1.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

	2018	2019
Ebitda	2.021.650	2.085.583
Dívida líquida ajustada	2.055.458	2.055.479
Dívida total ajustada	3.179.787	3.189.106
Capital social	6.649.017	6.649.017
Resultado financeiro ajustado	474.035	357.367

Índice financeiro	Limites	2018	2019
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	4,26	5,84
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	1,02	0,99
Dívida total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,32	0,32

20.3.1.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R\$ 72 milhões;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – “Investidores” – “Informação para investidores”.

21. PROVISÕES PARA RISCOS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos relacionados às provisões com classificação de risco provável, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

21.1. Provisões para riscos

21.1.1. Composição

	2019	2018
	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Regulatórias	152.376	-
Ambientais	690	-
Trabalhistas	-	7
	153.066	7

21.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	7	7
Provisões para riscos				
Provisões	600	5.783	6	6.389
Reversões	-	-	(13)	(13)
Reclassificações (i)	152.076	-	-	152.076
Acordos / pagamentos	(300)	(5.093)	-	(5.393)
	152.376	690	(7)	153.059
Depósitos judiciais				
Variações monetárias	-	(93)	-	(93)
(Adições)	-	(5.000)	(10)	(5.010)
Baixas	-	5.093	10	5.103
	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.376	690	-	153.066

(i) Reclassificação de valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. Que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Regulatórias

Trata-se de processo administrativo instaurado pela ANEEL decorrente de atraso da entrega do plano de segurança de barragem. A contingência para este processo é de R\$ 300.

c) Ambientais

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer ajuizada pela CESP em face da Rio Paraná e da CTG Brasil, na qual se discute a assunção da gestão do zoológico. A Rio Paraná e a CESP negociaram acordo que contemplam a assunção da administração e manutenção do zoológico e o reembolso das despesas incorridas com ele a partir de 01 de julho de 2016. O acordo foi homologado em 04 de novembro de 2019. A Companhia assumiu a gestão do zoológico no dia 2 de janeiro de 2020.

O depósito de R\$ 5.000 realizado no processo foi integralmente levantado pela CESP. Por conta do acordo celebrado o risco de perda atribuído ao processo passou de possível para provável, sendo que o saldo remanescente do valor envolvido no caso é de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019.

21.2. Contingências possíveis

	2019	2018
Ambientais	865.781	12.404
Fiscais	466.796	441.474
Trabalhistas	9.545	8.373
Cíveis	3.380	-
	1.345.502	462.251

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências ambientais que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. Estão avaliadas no montante de R\$ 865.781. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação (manutenção e gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre – CCFS); (iii) manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório; (iv) supostos prejuízos causados aos pescadores. Abaixo, seguem principais processos ambientais:

- Tratam-se de 523 Ações Cíveis Públicas – (“ACP’s”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP, requerendo para a condenação: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos.

Em maio de 2018, a Rio Paraná foi intimada para substituir a CESP como réu em 22 ACP’s, em 1º de outubro de 2018, a companhia foi intimada nas outras 501 ACP’s. No decorrer do ano foram realizadas audiência na tentativa de celebrar acordo para encerrar as 523 ações, as tratativas de acordo entre a Rio Paraná e o MPF foram infrutíferas.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa, haja vista que não conseguimos aferir os custos relacionados às

medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, bem como quanto aos custos relativos à desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- ACP Zoológico – MPF de Andradina X Rio Paraná (Proc. nº 5000577-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada em 12/06/2018. Em 1º/10/2018, foi proferida decisão liminar, determinando que: (1) a Rio Paraná “mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”; e, (2) o IBAMA se abstenha “de substituir as condicionantes das Licenças de Operação” das UHE Jupia e Ilha Solteira “relativas à manutenção e pleno funcionamento” do CCFS pela execução do Programa do Corredor Ecológico, “enquanto não demonstrado, por estudos científicos exaustivos, que do programa resulta benefícios para a fauna silvestre das áreas de influência das Usinas”. Em 29/01/2019, a liminar foi revogada devido a petição apresentada pela CESP informando já ter ajuizado Ação de Obrigação de Fazer em face da Rio Paraná para discutir a mesma matéria

O Tribunal concedeu uma decisão suspendendo o recurso da CESP até 8 de outubro de 2019, a fim de proporcionar a chance de as partes resolverem. Os autos permanecem suspensos para que as partes possam chegar em uma composição.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.551.

- ACP Piscicultura – CIMDESPI x ONS, Rio Paraná (Proc. nº 00000894-24.2014.4.03.6124): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada por CIMDESPI, APROPESC e AB-TILAPIA, em 18/08/2014, em face da ONS e CESP, requerendo, como medida liminar, que a Companhia se abstenha de: i) reduzir o nível de água do reservatório; e ii) gerar energia abaixo do mínimo da cota do reservatório, sob pena de multa diária. Os pedidos foram repetidos no mérito.

Em 2014, durante a concessão da CESP, a UHE Ilha Solteira foi impactada pela crise hidrológica causada pela falta de chuvas, bem como outras empresas de geração de energia em todo o país. Para a UHE Ilha Solteira, a cota mínima de operação/uso do reservatório corresponde a 323m, no entanto, em 2014, o nível do reservatório estava abaixo da cota mínima, ou seja, 321m. Esse processo envolve fatos ocorridos durante o ano de 2014, antes da concessão da UHE Ilha Solteira pela Rio Paraná, e a discussão está relacionada à possibilidade de flexibilização da cota mínima estabelecida para o reservatório de Ilha Solteira.

Em 22 de novembro de 2017, o MPF de Jales ingressou nos autos como autor e solicitou a inclusão do IBAMA e do Rio Paraná como réus, bem como a exclusão da CESP do processo.

A Rio Paraná foi citada/intimada em 6 de novembro de 2018, para apresentação de Contestação. A Defesa foi apresentada pela Rio Paraná nos autos. Autos permanecem conclusos para despacho do Juiz.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa.

- ACP Confederação Pescadores (Mortandade de Peixes) (Proc. nº 0803414-70.2018.8.123.0021): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a morte de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização no valor de R\$ 782.181.

Em 21 de setembro de 2018, a Rio Paraná apresentou sua Defesa. Em 1º de outubro de 2018, o Juiz do Tribunal da Fazenda do Estado de Três Lagoas/Mato Grosso do Sul proferiu sentença de 1ª instância, julgando o caso improcedente, com base na ocorrência de prescrição, tendo sua classificação de risco dado como remoto. O autor apresentou sua apelação e o tribunal reverteu a decisão. Após o julgamento da Apelação interposta pela Confederação pelo TJ de MS, os autos retornaram para a Vara de origem para reinício da fase de instrução. Da decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial, que ainda aguarda julgamento.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização, no valor atualizado de R\$ 839.045, considerando dezembro de 2019.

- Ações de Indenização por Danos Materiais e Morais – Ações Individuais Pescadores (Mortandade de Peixes) (64 processos): Tratam-se de Ações de Indenização por Danos Materiais e Morais, propostas individualmente por supostos pescadores profissionais, em face da CESP e Rio Paraná, alegando que, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a morte de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral. Por consequência, requerem a condenação das empresas ao pagamento da quantia de R\$ 200 referente à indenização por danos morais (R\$ 100) e por danos materiais (R\$ 100), cada.

A Rio Paraná já vem apresentando suas Defesas e comparecendo nas audiências de conciliação. Processos em fase instrutória.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização no valor de R\$ 200 (por processo) – total para 81 ações: R\$ 16.183.

- Ação de Cobrança (Unitra) (Proc. nº 0804840-20.2018.8.12.0021): Trata-se de Ação de Cobrança, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas/MS, em 24/10/2018, proposta pela Unitra em face da Voith e Rio Paraná, alegando que, a Unitra, empresa que foi contratada pela Voith para prestar serviços de jateamento e pintura de Stop Logs presentes nas UHE's de Jupia e Ilha Solteira, requerendo a condenação das empresas, de forma solidária, ao pagamento dos seguintes montantes: (i) confecção das cabines de pintura (R\$ 153); (ii) logística (R\$ 245); (iii) pagamento de "Homem Hora Parado" (R\$ 636); (iv) materiais e aluguéis dos equipamentos (R\$ 72); (v) passivo trabalhista (R\$ 688); (vi) medições "retidos e não quitados" (R\$ 111); (vii) danos morais (R\$1.000). O processo aguarda o início da fase de instrução.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização no valor atualizado de R\$ 3.380.

b) Fiscais

i. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para discutir a opção da Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido nos anos de 2015 e 2016, em que a Companhia, por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar), adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada

consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. As chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2019 é de R\$ 466.049.

ii. Mandado de Segurança que visa reconhecer o direito dos membros da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (Apine), Associação Brasileira de Energia Eólica – (ABEEÓLICA) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – (ABRAGEL) de não se sujeitarem ao Decreto nº 40.628/2019, que instituiu o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com energia elétrica transferindo a responsabilidade das Distribuidoras no recolhimento do ICMS para a Geradoras. Os autos estão aguardando prolação da sentença. Atualmente o valor envolvido no processo é de R\$ 747 para dezembro de 2019.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 9.545. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia por empregados terceirizados, bem como arquivamento de algumas ações no período.

d) Cíveis

Trata-se de ação de Recuperação Judicial requerida pela Queiroz Galvão e Santa Clara, na qual a Companhia possui créditos que foram habilitados pela CCEE nos autos da Ação. O valor em discussão decorre da contabilização na qual todas as empresas associadas sofreram prejuízos com a manutenção da Queiroz Galvão no MRE. O valor de créditos da Rio Paraná é de R\$ 146 e o risco de perda classificado como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2019		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

22.1.1. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

22.1.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

Os dividendos extraordinários foram aprovados em AGE realizada em 29 de outubro de 2019, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 468.946, debitado integralmente à conta de lucros acumulados do exercício, e alocado às ações representativas do capital social da Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 8º, do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos intermediários foram aprovados em AGE realizada em 01 de julho de 2019, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 161.300, debitado integralmente à conta de reserva de lucros, e alocado às ações representativas do capital social da Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 8º, do Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio foram aprovados em AGE realizada em 30 de dezembro de 2019, a qual aprovou a proposta da Administração da Companhia no montante de R\$ 467.000, a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social de 31 de dezembro de 2019, atendendo os limites fiscais nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, tendo em vista o resultado da Companhia esperado para o exercício de 2019.

A proposta dos dividendos consignada das demonstrações financeiras da Companhia, está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita operacional bruta		
Contratos (ACR)	2.589.385	2.485.877
Contratos (ACL)	943.365	819.119
Mercado de curto prazo (MCP)	65.159	54.110
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	10.423	9.848
	3.608.332	3.368.954
Receita de ativos financeiros (i)		
Atualização ativos financeiros	536.913	(260.277)
Amortização ativos financeiros	(271.578)	316.622
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	-	(1.592.697)
	265.335	(1.536.352)
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(332.459)	(310.895)
ICMS	(10.092)	(9.830)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(31.109)	(29.015)
Compensação financeira de recursos hídricos	(78.054)	(73.254)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(7.752)	(5.230)
Encargos de uso da rede elétrica (TUST) e (TUSD)	(277.679)	(273.929)
	(737.146)	(702.153)
Receita operacional líquida	3.136.521	1.130.449

- (i) Em 2018, considerando a maior experiência no estabelecimento de suas estimativas, a administração realizou uma análise detalhada da conta de Ativos Financeiros vinculados à concessão, considerando as obrigações e os benefícios futuros esperados associados àqueles ativos e passivos além de comparação com outras empresas do mesmo segmento que possuem a mesma modalidade de contrato de concessão (vide nota explicativa 13).

24. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

24.1. Energia elétrica vendida

Energia elétrica vendida	2019		2018	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	6.879.627	943.365	6.331.992	819.119
Contratos ACR	15.568.672	2.589.385	15.610.799	2.485.877
Mercado de curto prazo (MCP)	352.620	65.159	494.961	54.110
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	842.697	10.423	826.195	9.848
	23.643.617	3.608.332	23.263.946	3.368.954

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2019:

	MWm (*)	
	2019	2018
Energia disponível para venda	2.541	2.541
COTA	1.780	1.777
ACL	595	556
Contratos bilaterais de venda de energia	786	720
Contratos bilaterais de compra de energia	191	164
Energia livre para contratação	166	208
Percentual de energia contratada	93,5%	91,8%

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24.2. Energia comprada

Energia elétrica comprada	2019		2018	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.674.969	405.484	1.432.789	349.824
Mercado de curto prazo (MCP)	72.289	18.835	33.022	5.738
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	412.675	5.942	191.155	3.609
(-) Crédito de PIS	-	(6.463)	-	(6.080)
(-) Crédito de COFINS	-	(29.768)	-	(28.005)
	2.159.932	394.030	1.656.966	325.086

A energia comprada decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre que está exposta aos efeitos do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

24.3. Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de uso da rede elétrica	2019	2018
Tust	151.306	127.227
Tusd	2.122	1.884
Encargos de conexão	54	146
(-) Crédito de PIS	(2.750)	(2.115)
(-) Crédito de COFINS	(12.666)	(9.744)
	138.066	117.398

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas		
Aplicações financeiras	74.804	55.803
Variações monetárias	24.659	25.656
Depósitos judiciais	24.659	25.656
Variação cambial ativa	668.869	634.535
Juros e descontos obtidos	38	-
Outras receitas financeiras	2.433	12.193
	770.803	728.187
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(260.098)	(363.092)
Juros sobre partes relacionadas	(183.911)	(175.633)
Variação cambial passiva	(809.220)	(1.180.793)
Variações monetárias	(8.535)	(8.123)
Outras	(8.535)	(8.123)
PIS e COFINS	(3.597)	(3.525)
Carta fiança	(290)	(486)
Comissões	(7)	(14.250)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	(95.877)	(147.612)
Arrendamento - IFRS 16	(589)	-
Outras despesas financeiras	(3.180)	(2.586)
	(1.365.304)	(1.896.100)
	(594.501)	(1.167.913)

26. DEMONSTRAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		1.506.217			(920.416)	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(376.554)	(135.560)	(512.114)	230.104	82.837	312.941
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	116.750	42.030	158.780	144.500	52.020	196.520
Resultado equivalência patrimonial	(157)	(57)	(214)	46	16	62
Despesas indedutíveis	(370)	(133)	(503)	(256)	(90)	(346)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(36.244)	(13.048)	(49.292)
Doações incentivadas	(1.912)	(688)	(2.600)	(1.077)	(388)	(1.465)
Incentivos fiscais	8.464	-	8.464	4.731	-	4.731
Outros	24	1	25	24	-	24
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(253.755)	(94.407)	(348.162)	341.828	121.347	463.175
IRPJ e CSLL correntes	187.145	70.428	257.573	121.824	45.568	167.392
IRPJ e CSLL diferidos	66.610	23.979	90.589	(463.652)	(166.915)	(630.567)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	253.755	94.407	348.162	(341.828)	(121.347)	(463.175)
Ajustes correntes - exercícios anteriores	-	-	-	(671)	(2)	(673)
Ajustes diferidos - exercícios anteriores	(33.708)	(12.212)	(45.920)	(25.215)	(9.047)	(34.262)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	220.047	82.195	302.242	(367.714)	(130.396)	(498.110)
Alíquota efetiva	16,8%	6,3%	23,1%	-37,1%	-13,2%	-50,3%

27. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de prejuízo/lucro líquido por ação é feito através da divisão do prejuízo/lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos/lucros básico e diluído por ação:

	2019	2018
Numerador		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	802.687	(281.551)
Acionistas não controladores	401.284	(140.755)
	1.203.971	(422.306)
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Lucro/(prejuízo) líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,17164	(0,06020)

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

28.1.1. Considerações gerais

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2019		2018	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	Nível 1	6	1.133.627	1.133.627	1.124.329	1.124.329
Clientes	Custo Amortizado	Nível 2	7	289.572	289.572	263.237	263.237
Dividendos	Custo Amortizado	Nível 2	11	-	-	32	32
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo Amortizado	Nível 1	13	10.159.244	10.159.244	9.891.187	9.891.187
Outros Créditos/Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	Nível 2		467.205	467.205	651.913	651.913
				12.049.648	12.049.648	11.930.698	11.930.698
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	16	132.772	132.772	82.139	82.139
Encargos setoriais	Custo Amortizado	Nível 2	18	72.612	72.612	58.287	58.287
Partes relacionadas	Custo Amortizado	Nível 2	10	3.612.553	3.612.553	3.611.914	3.611.914
Provisões para grandes reparos	Custo Amortizado	Nível 2	17	1.814.215	1.814.215	2.253.649	2.253.649
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	Nível 2	19	2.701.631	2.701.631	2.702.962	2.702.962
Debêntures	Custo Amortizado	Nível 2	20	487.476	557.639	476.826	543.912
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo Amortizado	Nível 2	12	606.721	606.721	723.874	723.874
Dividendos	Custo Amortizado	Nível 2	11	496.025	496.025	56.918	56.918
				9.924.005	9.994.168	9.966.569	10.033.655

O grupo não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2019 e 2018. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

29. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2019 a 04/08/2020	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2019 a 04/08/2020	150.000
Lucro cessante	04/08/2019 a 04/08/2020	1.140.712
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2019 a 08/12/2020	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

30. COMPROMISSOS

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2045.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Declaramos, na qualidade de Diretores da **RIO PARANÁ ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.096.269/0001-19, que, conforme Ofício n.º 359/2020-CVM/SEP/GEA-1 da CVM, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, assim como com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício de 2019 e as intermediárias correspondentes ao primeiro semestre de 2020.

São Paulo, 18 de janeiro de 2021.

Evandro Leite Vasconcelos // Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Hong Qin
Conselheiro

Guozhuo Sun
Conselheiro

Diretoria

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Lucas Morato Teixeira
Contador -CRC MG-080486/O-7

SIGLAS

APP - Área de preservação permanente
Abragel - Associação Brasileira de Energia Limpa
ACL - Ambiente de Contratação Livre
ACR - Ambiente de Contratação Regulada
Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica
Apine - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCFS - Centro de Conservação de Fauna Silvestre
CCGF - Contratos de Cotas de Garantia Física
CESP - Companhia Energética de São Paulo
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CP - Consultas Públicas
Cusd - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DI - Certificado de Depósito Bancário
DVA - Demonstrações do Valor Adicionado
ECLD - Estimativa para créditos de liquidação duvidosa
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GSF - Generation Scaling Factor
IASB - International Accounting Standards Board
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS - International Financial Reporting Standards
IGP-M - IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
JSCP - Juros sobre capital próprio
MCP - Mercado de Curto Prazo
MME - Ministério de Minas e Energia
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia
ON - Ações Ordinárias
ONS - Operador Nacional do Sistema
P&D - pesquisa e desenvolvimento
PAE - Plano de Ação de Emergência
PCHs - pequenas centrais hidrelétricas
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PN - Preferenciais
PSB - Plano de Segurança de Barragens
RFB - Receita Federal do Brasil
SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira
SOSEm - Sistema de Operação em Situação de Emergência
STJ - Superior Tribunal de Justiça

TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TFSEE - Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica
Tusd-g - Tarifa de uso do sistema de distribuição
Tust - Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão
UBP - Utilização de bem público
UGC - Unidade Geradora de Caixa
UHEs - Usinas hidrelétricas